

MEMÓRIA E LITERATURA: POR UM FUTURO DO PRETÉRITO

MEMORY AND LITERATURE: FOR A FUTURE OF THE PAST

Bruno Costa de Oliveira*

Resumo

A relação que podemos estabelecer com o passado, para além de um dado a ser conhecido, pode tornar viável um passado ainda não vivido, um passado do que poderia ter sido e que se torna potente na medida em que olhamos para ele, ouvindo as vozes dos vencidos que insistem em clamar. Assim, o caráter inventivo da memória será potencializado pela literatura e, para tanto, utilizaremos como dispositivo analisador o livro “História do cerco de Lisboa”, de José Saramago, pois este potencializa uma relação de criação com o passado. Portanto, o presente trabalho consiste numa conversação entre teoria e ficção.

Palavras-chave

Futuro do pretérito. História. Tempo. Virtual.

Abstract

The relationship that we establish with the past, beyond a given to be known, may become a viable past have not lived, a past that could have been and that becomes powerful in that we look at it, listening to the voices the losers who insist on claiming. Thus, the inventive nature of memory is augmented by the literature and, therefore, used as devices to analyze the book "History of the Siege of Lisbon" by José Saramago, because this relationship empowers one to create with the past. Therefore, this work is a conversation between theory and fiction.

key words

Future of the past, History. Time. Virtual.

Introdução

À noite, neste espaço entre as casas baixas, juntam-se o três fantasmas, o do que foi, o do que esteve para ser, o do que poderia ter sido, não falam, olham-se como se olham cegos, e calam.

José Saramago (*História do Cerco de Lisboa*)

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Na modernidade, com o advento da imprensa no capitalismo, é a informação que virá deslocar a experiência como forma de se relacionar com o passado e ainda limitar o trabalho do historiador à explicação do mesmo. Entretanto, seria possível que as vozes abafadas pelos tempos ganhassem alguma consistência? A relação que podemos estabelecer com o passado, para além de um dado a ser conhecido e desvelado, pode tornar viável um passado ainda não vivido, um passado do que poderia ter sido e que se torna potente na medida em que olhamos para ele, ouvindo as vozes dos vencidos que insistem em clamar?

A história se estabelece como uma relação dinâmica, sendo assim, um olhar lançado ao passado a ouvi-lo em tudo que retorna por ainda não ter sido atualizado, mas que por isso não deixa de ser real, torna-se crucial para nos permitir escapar às cristalizações. Não somente olhamos o passado, mas algo de lá também olha para o futuro como um apelo e isso ocorre no *agora*, segundo Benjamin e, sendo assim, a memória não se esconde num passado mesmo, mas no que podemos chamar “futuro do pretérito”. Essa experiência singular com o passado é também a sua redenção, ou ainda, uma possível *história dos vencidos*. Trata-se de ouvirmos os *anjos da história*, com todos os fragmentos e ruínas que eles nos trazem, enquanto tentam não serem engolidos pelo que se chama progresso.

O tempo do progresso e a história

A ideia de que o mundo caminha evolutivamente é um dos principais pressupostos que nos trazem a “verdadeira” – pois é experimentada e vivenciada como tal – sensação de que tomamos o rumo que deveríamos, subindo as escadas do progresso, degrau após degrau, crendo que as coisas são como são e assim caminha a humanidade, cumprindo seu destino progressivo. A ideia de progresso, tão cara ao desenvolvimento no ocidente, traz consigo uma determinada imagem do tempo.

O relógio, símbolo da organização moderna e medidor do que se chama, sob sua tutela, tempo, circula em torno de um eixo central com seus ponteiros, buscando acompanhar o movimento elíptico do planeta em torno do sol e os giros de 360° que este realiza em torno de seu próprio eixo. São os famosos movimentos de translação e rotação, respectivamente. São-nos traduzidos ou decodificados, em seus movimentos astronômicos, pelos segundos, minutos e horas, por aqueles, os relógios, sem nos escapar à memória os preciosos calendários, os quais medem

o passar dos dias, meses e anos. Até então, nada que venha nos fazer surpresa, pois bem conhecemos os horários e datas a partir dos quais se organiza a sociedade, seja em suas tarefas, seja em seus prazeres. É o tempo do envelhecimento.

O tempo, entendido como uma sucessão de movimentos astrais, ou mesmo como uma mera representação destes movimentos, demonstrando-se como uma tabula rasa a ser preenchida pelos fatos da história, faz-se apresentar como implacável. Podemos dizer, até mesmo fazendo uso apropriado de um tom fúnebre, que o progresso não conhece o tempo; na modernidade o tempo sequer existe por nele não se ver qualquer potência. A memória, se a pensamos nesses termos, nada mais é que acesso ou uma visita a este “corredor ornamentado”, que se chama história.

Todavia, a questão levantada não se encerra tão logo. Segundo o pensador Walter Benjamin, com o qual buscaremos dialogar ao longo deste breve percurso, em seu texto intitulado “Sobre o conceito da história”, de 1940, o progresso traz junto de si uma certa imagem do tempo, como já mencionamos, vazio e homogêneo. Imaginemos a geografia de um corredor, num comprimento a se perder de vistas, com paredes paralelas; não se alargam, não se afunilam. Não possui desvios, buracos, funcionalidades, objetos, portas, janelas ou mesmo pequenas brechas. Um corredor vazio e homogêneo. Segundo esta lógica, a história seria uma singela e estéril ornamentação deste corredor, com seus fatos ao modo de quadros, ou seja, a massa com a qual se preenche o tempo. “Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (BENJAMIN, 1985, p. 231). A história, na medida de um tempo linear, é a concatenação sucessiva dos acontecimentos que configuram, deste modo, uma cadeia causal da história. Tudo que se encadeia e preenche este corredor do tempo é o que, neste breve ensaio, chamaremos de história maior.

O sentido pelo qual utilizamos o termo “maior”, não é de modo algum como o de uma homenagem ou um reconhecimento de uma história pura, verdadeira, ou mesmo como a melhor das histórias possíveis. Pelo contrário, o termo é aqui empregado a fim de evidenciar em como a história se construíra de um determinado modo, unificada, ou mais precisamente, como uma história única. Sendo entendida nestes termos, ela não abre brechas para uma relação criativa e termina por se universalizar. A palavra “terminar” é, ao que tudo indica, a mais apropriada. Pois a partir desta perspectiva de uma história universal, o passado é aquilo mesmo que já passou e encontra sua força encerrada, esgotada e mortificada. Sobre ele nos resta apenas um olhar saudosista, lamentando o que

já não mais existe e a memória tem, portanto, o papel de acessar e reproduzir a história “como ela de fato foi”. O que do passado nos resta é a possibilidade de seu conhecimento, ou mais precisamente, seu reconhecimento, onde o acesso a ele se dá pelos canais da memória.

Estas breves considerações acerca do passado enquanto objeto de conhecimento, podem ser pensados e analisados a partir de outro texto de Benjamin, “O narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1985), pelo que o autor se refere quanto à informação. Ele postula que, com o advento da imprensa no capitalismo, a validade de um acontecimento tem sua sustentação quase instantânea ao seu surgimento. Sendo assim, sua duração lhe confere sentido apenas enquanto é novo, inédito. Logo, após seu surgimento, a fila da história seguirá e outro após este tomará seu lugar, concatenando-os às cadeias causais da história maior.

No capitalismo, o acontecimento demanda veiculação como informação e, para isso, necessita ser explicado, demanda objetividade. É este o seu reconhecimento, sua legitimidade, ainda que concluamos ser ela demasiado ligeira. Isto porque é enquanto conhecimento que se torna um “fato”, e depois de explicado, já não possui mais algo para oferecer e, então, entra para o corredor como mais um ornamento, como o já vivido, como história.

O passado, como podemos perceber é, segundo esta lógica, um estado puro, eterno em si mesmo e que jamais poderá sair de lá. Como acontecimento presente que olha apenas para o presente, torna-se por efeito, um passado cego. Enquanto presente não lançou sementes, não lhe sobrou germe. Nada se pode extrair dele coisa alguma, não se pode experimentá-lo.

Portanto, como podemos analisar, a história maior é a unidade do passado e, como bloco se nos é apresentado e justificado pelo selo de legitimação da ciência que registra e permite a reprodução em arquivos e documentos, tendo nisso seu único valor de memória. É o corredor iluminado que nos conta a arrancada progressiva da humanidade. Já está passado, não passa mais e não mais passará. Cabe-nos talvez, levantar uma questão.

O futuro do pretérito

Um problema que poderia tomar o rumo de algumas críticas a esta história maior deve ser considerado. Nem tudo que aconteceu já foi contado. O que passou e não ganhou status de “fato da história” necessita ser resgatado, ou ainda melhor,

precisa ser achado para que assim possa ser registrado. Trata-se antes, de uma história ignorada, reprimida ao longo do tempo, esquecida propositalmente por aqueles que ornamentam o velho e infecundo corredor. Fazer retornar o recalçado não parece ser uma tarefa desprezível, a ponto do resultado do esforço deixar indiferente o rumo dos tempos. Pelo contrário, é uma condição primordial, até mesmo para pensarmos uma “democracia da história”, num sentido moderno, onde se busca a igualdade dos pesos.

Entretanto, parece-nos que Benjamin se coloca um pouco além. Poderia haver algo mais que um passado encontrado? Vejamos a indagação que nos traz o pensador: “Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? (BENJAMIN, 1985, p. 223)”. Ainda assim, se poderá interpretar com esta leitura, como dirão alguns, que o desejo do autor é mesmo o de democratizar a história e desenterrar o mortificado, lançando mão de um esforço intelectual com vistas a desprender o reprimido e contar o não contado. Um ar já respirado, algumas vozes silenciadas em algum esconderijo, uma irmã tornada bastarda pelo poder que a arranca do seio de um convívio familiar.

Todavia, esta explicação ou suposição, estaria aquém de nossas pretensões, as quais desejam aproximar-se do “contar o não vivido”. Voltando ao texto, ligeiramente antes desta passagem, algo parece corroborar com a interpretação que procuramos tecer. Nele, Benjamin discorre brevemente sobre a felicidade, alertando-nos para um olhar mais atento às possibilidades, que aqui chamaremos de “virtualidade”, daquilo que poderia ser e está presente “no ar que respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. (BENJAMIN, 1985, p. 223)”. Aqui é o tempo verbal o que mais nos interessa; é justamente a simples conjugação do verbo numa determinada temporalidade, a saber, o futuro do pretérito, que fará a diferença no olhar sobre o passado, nas formas de rememorar. De qualquer maneira, não é uma tarefa nada fácil lançar este olhar ao passado, buscando potencializar suas virtualidades, dado que as relações que se estabelecem hoje com a história, como já dissemos, estão restritas ao conhecimento explicativo, ou seja, ao passado como informação.

O exercício ou a ativação de uma memória criativa que afirme novos passados requer que nos lancemos em território desconhecido, porém fértil. Antes, deve assim ficar claro que a tarefa de inventar novos passados não pode ser confundida com uma história qualquer, na qual a criação seja um enxerto de

uma coisa qualquer. Para Benjamin, além de uma postura ética que se coloca ao longo de seus textos, está a esfera política em questão. Trata-se assim, de uma postura crítica em relação aos “dominadores”. Este ponto deve ficar claro para o desenvolvimento do trabalho. O autor alemão segue a teoria marxista e, portanto, dialética, na qual, por algumas passagens, percebemos uma oposição suscitada pelos termos “vencedores” e “dominadores”, ambos referentes a uma luta de classes histórica, por demais conhecidas no marxismo, e que trazem a ideia de dicotomias ao remeterem, respectivamente, aos termos “vencidos” e “dominados”.

Não é objetivo do trabalho se chocar com essa linha de pensamento, muito menos negá-la. Todavia, acreditamos ser mais produtivo para o tema do presente estudo, deixar de lado a oposição – referenciada por Benjamin (1985) – entre classe dominante e classe operária. Propomo-nos trabalhar com certo distanciamento desta abordagem estrutural; a ideia de que uma história dominante ou uma história por ser inventada, estão mais entranhadas e dispersas do que se pode categorizar, de modo que separá-los, como se cada um pertencesse a uma esfera independente e separada da outra, deixa de lado a imanência das forças que circulam nos mais diversos espaços, de norte a sul, capilarmente e não numa determinação transcendente. O que nos interessa pode ser mais o que se irá legitimar e, principalmente, como se escapar a este saber histórico para se pensar uma memória criativa e menos uma divisão de classes. Ao fazermos isso, não o fazemos como uma crítica a Benjamin, mas como um esclarecimento, acreditando que se pode extrair de seus textos algo que esteja para além desta oposição. A tentativa de sistematizar suas reflexões, que de certa maneira estão mais para fragmentos e ensaios, pode aprisionar a vastidão de seu alcance. Assim, entendemos o termo “dominante” como a afirmação de uma história única, contada por aqueles que exercem o poder numa dada relação e, desta maneira, neutralizam as possibilidades de uma experiência com o passado, não podendo assim afetar o presente.

Terminadas os devidos esclarecimentos, doravante prosseguiremos. Benjamin levante uma questão importante, que não nega a luta de classes e o materialismo histórico, mas como vimos se coloca um pouco adiante, que é a espiritualidade, fundamental para nosso tema. Ela age do fundo dos tempos – trata-se de um passado – buscando questionar cada vitória dos dominadores. A confiança, coragem, humor, astúcia, firmeza, “não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor” (BENJAMIN, 1985, p. 224). Há que se

estar atento aos acontecimentos imperceptíveis, ao passado que busca lançar-se à frente, aos espíritos que lutam por não serem calados pela história maior. Devemos então estar atentos ao que, dessa luta por uma afirmação, não vingou, mas tenta, lançando-se ao presente – outrora futuro – buscando não ser enterrado, esquecido.

As figuras de Benjamin e o personagem de Saramago

Nesse momento, a figura do *flâneur* (BENJAMIN, 2004) se torna fundamental. Ele será aqui considerado como um caminhante, imbuído de uma atitude frente ao mundo e às movimentações da sociedade pelos tempos. Esta figura é aquela que abandona o conforto e o isolamento do lar burguês e faz das ruas sua morada; abandona também as certezas dos fatos. Logicamente não se trata de um sem-teto, mas de um transeunte que encara sua paisagem a fim de experimentá-la de maneira sensível, observando cada espaço, espreitando cada movimento. Seu olhar percebe mais que as imagens presentes, ele percebe as ruínas dos tempos que os anjos da história lhe deitam aos pés. O conceito de “anjo da história” diz respeito ao movimento que faz com que um espectro de passado ainda persista no presente; é a força que o olhar do passado lança ao futuro, como um pedido de redenção. Talvez possamos dizer que o anjo seja o próprio espectro, já que sua imagem é obscura como uma sombra, quase secreta, desviante da nitidez. São diferentes imagens, referentes a diferentes virtualidades, imanentes a cada época, a cada acontecimento. Assim, por exemplo, as possibilidades que existiram potencialmente num acontecimento histórico como em torno dos tiros que mataram o cantor, compositor e ex-vocalista da banda inglesa *Beatles*, John Lennon, em 1980, são completamente outras em relação às potenciais possibilidades que circundavam a morte do argentino Ernesto ‘Che’ Guevara, na Bolívia, em 1967.

A história que nos chega como única, leva através da força os anjos da história rumo a um fim, não os permitindo fixar imagens destes passados virtuais, que acabam por se tornarem fugazes. É o progresso, o qual já comentamos anteriormente, que torna quase inviável um encontro duradouro com este anjo que “gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 1985, p. 226).

As ruínas, de uma forma ou de outra, mostram-nos a barbárie da cultura, a barbárie do passado, a barbárie com a qual se conta e se continua a fazer história. Ela é, poderíamos dizer, a argamassa com a qual se forja uma linearidade

da história, como quando se faz um corredor vazio e homogêneo do tempo. O flâneur traz em suas caminhadas errantes um olhar crítico a isso.

Para que possamos vislumbrar um pouco mais apuradamente a figura do flâneur e seu trabalho inquieto, daquele que busca ruínas onde se vêem estátuas, tomemos um exemplo emprestado à literatura. Num dos livros do escritor português José Saramago, “História do Cerco de Lisboa”, pode-se acompanhar a trajetória do personagem principal, o revisor de uma editora, Raimundo Silva, que pode nos ajudar a pensar uma relação mais singular com a história, bem como nossa potência criativa de memória. No livro, este revisor, aparentemente um cargo secundário – detalhe este que nos pode ser útil no prosseguimento do tema –, ao realizar mais um de seus trabalhos, este sobre a história do cerco de Lisboa, depara-se com uma dúvida: será mesmo que os Cruzados ajudaram os portugueses a expulsarem os mouros de Lisboa como consta no livro?

Ao que tudo consta, sim. É esta a história oficial, universal e única acerca do passado português. Entretanto, morador da capital de Lisboa, onde, como dissemos, passa-se também a história do livro que revisa, sente na cidade a vibração das vozes dos anjos a ecoarem as ruínas dos tempos. Lendo o livro, pode sentir uma força a lhe trazer um questionamento. Uma luta se trava então, no espaço fechado mesmo onde realiza a revisão. É como se ali “o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história” (BENJAMIN, 1985, p. 224); este misterioso movimento de girassol do passado que aponta para o futuro, quase imperceptível, até mesmo secreto, é o olhar que se lança em busca de redenção. Pois não apenas olhamos o passado, mas algo de lá nos olha e é nesse instante que se dá seu pedido de redenção que, a um só tempo, guarda a esperança na frágil possibilidade de o libertarmos. Segue um trecho bastante elucidativo do livro de Saramago:

Está como fascinado, lê, relê, torna a ler a mesma linha, esta que de cada vez redondamente afirma que os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa. Quis o acaso, ou foi antes a fatalidade, que estas unívocas palavras ficassem reunidas numa linha só, assim se apresentando com a força duma legenda, são como um dístico, uma inapelável sentença, mas são também como uma provocação, como se estivessem a dizer ironicamente, Faz de mim outra coisa, se és capaz. (SARAMAGO, 2003, p.43).

Tem-se aí um pedido de transformação. A espiritualidade de cada acontecimento, que vibra nos ar que respiramos, é ela mesma um questionamento sobre as vitórias incontestadas, sobre as certezas seculares. A força que garante as afirmações unívocas da história encontra, num relampejar quase inapreensível, uma concorrência, uma força que caminha contra a correnteza. Apenas alguém que se propõe a correr o risco do engano pode alcançar a “marginalidade” necessária para se pensar uma coisa outra. Há uma necessidade de desejar o extra-oficial, construído e reforçado a cada momento em que se anuncia uma nova verdade. Para Raimundo Silva, é como se uma imagem do passado perpassasse, velozmente, deixando fixar-se apenas no momento em que a reconhece. Percebe então que sua tarefa é a de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 225).

A salvação, citada por Benjamin (1985), é uma condição de reciprocidade e empatia. Esse contato com uma época anterior é o que Benjamin chama de “agora”, e neste momento o possível se torna viável à libertação, pois é onde “se infiltraram estilhaços do messiânico.” (BENJAMIN, 1985, p. 232) É o momento em que aquilo que não foi, mas poderia ter sido se faz novamente viável. A reciprocidade nos alerta a soberba com a qual se pode encarar a história, fazendo dela objeto de conhecimento como se de lá nada mais fluísse. É necessária uma troca de olhares, o qual fará romper o fio condutor da história, explodindo assim, ainda que momentaneamente, ainda que microfisicamente, o corredor do tempo linear.

A força messiânica que se apresenta a cada geração e a possibilita libertar o passado, não está ao alcance dos dominadores. Há que se ser menor para libertar uma história menor, há que se ser minoria para afirmar um passado porvir, há que se ser menor para incorporar a frágil força messiânica e promover, como nos mostra a coragem de um Raimundo Silva, o “encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa” (BENJAMIN, 1985, p. 223).

Seguindo a aventura do revisor Raimundo Silva, vemos que ele será fortemente repreendido por seus chefes, e seu “Não” é publicado como um erro. Ora, de qualquer maneira, essa é a possibilidade mesmo de se levantar outra perspectiva. É pela via menor do erro que se pode passar este estilhaço do messiânico, “tomando portanto à letra o seu desvio.” (SARAMAGO, 2003, p. 99).

O personagem entra numa profunda relação com este passado que não existiu. Anda pelas ruas de Lisboa como se estivesse a apreender as imagens que se

lhes passam a frente, em cada canto da cidade, em cada esquina, em cada terraço e janela.

Não foi ali o encontro dos cruzados com o rei, terá sido lá em baixo, na outra margem do esteiro, mas o que Raimundo Silva procura, se a expressão tem sentido, é uma impressão de tangibilidade visual, algo que não saberia definir, que, por exemplo, podia ter feito dele agora mesmo um soldado mouro a olhar os vultos dos inimigos e o rebrilhar das espadas, mas que, neste caso, por um escondido caminho mental, espera receber, em demonstrativa evidência, o dado que ao relato falta, isto é, a causa indiscutível de terem-se ido embora os cruzados depois do seu rotundo Não. (SARAMAGO, 2003, p.121).

Há aqui uma experiência de passado, tudo aquilo que a informação não nos permite devido à frieza de seu calculismo explicativo, torna-se real. Essa experimentação nada mais é que uma rememoração, nada vazia, nada homogênea (BENJAMIN, 1985). Como na figura do narrador, a qual Benjamin tanto preza, não há o que se explicar, a preocupação está apenas na “maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas” (BENJAMIN, 1985, p. 209) até mesmo para que a história possa continuar a se desenvolver, incorporando-se a novas experiências. Ele tem o poder de imaginar uma nova história em cada passagem da história que conta. O revisor Raimundo Silva tem consigo como que o acervo de toda uma vida, na qual além de suas próprias experiências, conta com as de outrem, de outros tempos, assimilando-as. Ele transforma as experiências em algo sólido, útil e singular.

Essa experiência que permite vir no agora um futuro do pretérito é o que se pode chamar reminiscência. Ela é o que funda a cadeia da tradição que transmite aos acontecimentos de geração a geração, assemelhando-se a “essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas” (BENJAMIN, 1985, p. 204). A tradição, ao contrário do que possa sugerir o termo gasto, é em Benjamin, muito mais que uma vã repetição de rituais, mas sim a incorporação das memórias a vida, uma “vivência” de um passado outro, uma revolução da história.

Considerações finais

(...) quando escrevi Não os cruzados foram-se embora, por isso não me adianta nada procurar resposta ao Porquê na história a que chamam verdadeira, tenho de inventá-la eu próprio, outra para poder ser falsa, e falsa para poder ser outra.

José Saramago (*História do Cerco de Lisboa*)

< Como pudemos acompanhar neste breve estudo, a obra de Walter Benjamin se apresenta como algo bastante original na multiplicidade de seus elementos; entre marxismo, misticismo e romantismo, o pensador, em seus fragmentos, faz de seus textos um mar de possibilidades de conexões a explorarem os mais diversos temas. Incluindo um conceito radical de história, que nos permitiu pensar a virtualidade dos passados e uma memória criativa, para além da representação estrutural. Não se trata, no entanto, de negar a história maior, mas sim – quando muito, e aqui se apresenta uma tarefa ética e política – quebrar-lhe a hegemonia e trazer à tona a heterogeneidade dos acontecimentos, de modo que nada seja imposto como verdade única, para que sejamos livres “para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinja uma amplitude que não existe na informação”. (BENJAMIN, 1985, p. 203). >

Assim, afirma-se uma memória ativa cuja experiência dos passados se faça essencial para uma estética da existência. Tudo isso pressupõe outra relação com o tempo que abandone a rigidez e a estruturação de sua versão mais vigente, a linear. Para tanto, é preciso uma disposição crítica e certa dose de inventividade.

Deste modo, a literatura mostra-se um forte instrumento disparador dessa relação ativa com a memória. Sua liberdade de criação revela seu descompromisso com a necessidade de explicação, tão cara ao cânone da ciência em sua busca de legitimação. Assim, a história de Raimundo Silva, escrita por José Saramago, traz, à sua maneira, diversos problemas para a questão da história universal e da memória social. Em alguns momentos, parece-nos ser Saramago um leitor de Benjamin. Poderia...

Contudo, a possibilidade de criar passados e contar histórias, fazendo com que os acontecimentos/tradições se mantenham vivos e abertos a outros agenciamentos e novas experiências, também nos trazem um problema, não menos importante. Até que ponto a história oficial que se nos apresenta como uma reprodução, a mais fiel, de um acontecimento, tal como ele de fato se deu,

seria realmente o que se diz ser? Não teriam as versões oficiais enxertos que os anos posteriores lhes deram? Não teriam os fatos arquivados conquistado linhas tardiamente nos livros da verdade? Não teriam as costuras feito de dois fragmentos uma só coisa e imagem?

Pensar uma memória criativa é problematizar a audácia delirante de uma história maior.

Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos, dá-se a proliferação das próprias fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que rectificaram, as que tanto lhes fazia, e também as que se proclamaram únicas, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras. (SARAMAGO, 2003, p.112).

Fazemos, então, nossas as palavras escritas por Saramago, que teria talvez, respirado o ar da dúvida que estamos a respirar agora, para deixarmos reticentes e germinantes as conclusões deste ensaio.

Referências

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SARAMAGO, J. *História do Cerco de Lisboa*. *O Globo*, São Paulo, 2003.